

A SERVIÇO DA CATEGORIA

# Jornal do SINTUFRJ

www.sintufjr.org.br

FASUBRA **CUT**

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

## Basta de manipulação!

CUT mobiliza rumo à I Conferência Nacional de Comunicação. Veja quais são as propostas da Central para a democratização urgente das mídias no Brasil. *Página 7*

### Vale-alimentação

Governo acena com a revisão do valor do benefício da categoria.

*Página 3*

### Volta por cima

NCE empossa novos coordenadores olhando para o futuro.

*Página 4*

### Veja a agenda da semana.

*Página 2*





## CATEGORIA

# Governo promete rever valor do vale-alimentação

A disparidade entre o que recebem os servidores do Executivo e outras categorias do funcionalismo federal é enorme, e para baixo

Em junho, a imprensa noticiou a intenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviar ao Congresso Nacional projeto para reajustar o valor do vale-alimentação, depois de cinco anos congelado em pouco mais de R\$ 6,00 diários. A solução seria o Legislativo incluir o reajuste no Orçamento de 2010. Isso provocaria um aumento de R\$ 2 bilhões na folha de pagamento, com o benefício estendido a 554 mil servidores da administração direta.

A imprensa chegou a noticiar que o valor seria superior a R\$ 18,00, suficiente para uma refeição com refrigerante e sobremesa no Rio de Janeiro e em Brasília, mas nada era certo. A Secretaria de Recursos Humanos do MPOG não confirma os valores nem o reajuste para este ano.

### Nem sim, nem não

Mas o coordenador de Administração e Finanças da Fasubra, Luís Antônio de Araújo, informou que na quarta-feira, dia 8 de ju-

lho, a Federação se reuniu com o secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva, que explicou que, de fato, o governo está estudando a possibilidade de atualizar os valores do vale-alimentação, pois reconhece que já está defasado.

Duvanier esclareceu que a Secretaria está fazendo estudo para diminuir a diferença do valor do benefício entre categorias que ganham muito mais e que esta atualização poderá ser feita no segundo semestre. "Ele disse que

no segundo semestre deste ano teríamos novidades", disse o coordenador da Fasubra.

Os veículos de comunicação noticiam que a informação que circula nos escalões abaixo das se-

cretarias executivas dos ministérios é o "pacote de bondades" (como é chamado) do governo federal também deve se estender aos valores do auxílio-creche, às diárias e do vale-transporte.

### ABSURDO

A diferença de valores entre as categorias de servidores públicos é enorme, como mostra levantamento do Sindicato dos Servidores Federais do Distrito Federal.

Comparado o valor mensal do vale-alimentação dos servidores do Executivo (que varia de R\$ 126,00 a R\$ 161,00) com o benefício pago ao Judiciário (R\$ 590,00 a R\$ 630,00) e ao Legislativo (R\$ 638,00), a diferença é superior a 300%.

# Representação TA no CFCH é ampliada

Cícero Rebelo



SESSÃO DO CONSELHO de Centro do CFCH, no dia 6 de julho, aprova ampliação da representação dos técnicos-administrativos e estudantil

O Conselho de Centro do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), em sua sessão de 6 de julho, aprovou a ampliação da representação técnico-administrativa e dos estudantes no colegiado. Com direito a apenas um representante, agora os técnicos-administrativos passam a ter dois e os estudantes também.

Nesta sessão o colegiado decidiu que a eleição para um representante técnico-administrativo será este ano e por chapa, com inscrição do titular e suplente. O mandato do atual representante, Flávio Santos, só termina em 2010. A solicitação para ampliação partiu do próprio Flávio Santos. Ele defende não só a ampliação, mas também a participação dos técnicos-administrativos em todos os colegiados e espaços de decisão na universidade.

### Direito assegurado

A solicitação de Flávio foi pauta da sessão dia 15 de junho no Conselho no qual o representante dos técnicos-administrativos no Conselho Universitário, Roberto Gomes, estava presente. Mas não houve quórum para deliberação. "A presença de Roberto foi muito importante para fazer ver aos conselheiros que os servidores técnicos-administrativos têm direito ao total de representantes no colegiado e que isso deve ser respeitado", declarou Flávio.

Segundo Flávio, nem a legislação que determina a representação de professores, funcionários e estudantes na composição dos colegiados é respeitada. A proporção é de 70% para docentes e 30% para funcionários e alunos. Mas cada unidade faz da representação técni-

co-administrativa o que bem entende, criando até regras que não estão definidas em lei. "Nem os 15%, que já é um retrocesso, é respeitado. Na Escola Politécnica, por exemplo, só pode ter representante de nível superior."

### Parecer favorável

Da sessão do dia 15 de junho para a de 6 de julho o relator da matéria mudou, mas não a decisão do colegiado em promover a ampliação das representações técnica-administrativa e estudantil. A nova relatora, Mariléa Venâncio Porfírio, confirmou o parecer do relator anterior, professor Marcos Jardim, no que se referia à solicitação de Flávio: "Respaldo a solicitação do representante técnico-administrativo, não só do ponto de vista político para o aumento da re-

## Será realizada eleição para compor o colegiado com mais um representante da categoria. Os estudantes também conquistaram mais uma vaga no órgão

presentação, mas também do ponto de vista legal."

A relatora apresentou suas dúvidas ao Conselho no que diz respeito ao cálculo feito por Marcos Jardim sobre o número de representantes e a socializou com o colegiado. Depois que a questão foi resol-

vida com a ajuda da professora Lilian Pougy, que presidiu a sessão, os conselheiros chegaram à conclusão de que o número correto, com base na LDB, no Estatuto e no Regimento do Conselho, seria o de dois representantes. O ponto então foi a voto e aprovado com apenas uma abstenção. A professora que se absteve justificou que se ausentou da sala no momento da discussão.

O artigo 2º do Regimento do Conselho foi então alterado de "um representante de servidores técnico-administrativos escolhidos na forma da legislação vigente" para "representantes de servidores técnico-administrativos escolhidos na forma da legislação vigente". A mesma alteração no texto foi promovida para os estudantes, ficando "representantes de discentes".

## **EDUCAÇÃO**

## RAÇA E ETNIA

# II Conapir discute os problemas e propõe soluções

## Três dias em que a população negra foi o centro das atenções em Brasília

Fotos: Divulgação

A II Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial (Conapir), realizada de 25 a 28 de junho no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, discutiu temas fundamentais para o segmento, como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que tramita na Câmara dos Deputados como PL 6.264/05, a aprovação das cotas nas instituições de ensino superior, a construção de centros de capacitação profissional, a saúde, e garantias de programas de primeiro emprego para a população negra. Participaram da Conapir como delegados 1.214 pessoas.

Os trabalhadores cutistas tiveram uma participação decisiva para o avanço da pauta na plenária final da Conferência, e, como resultado desta atuação, conseguiram inserir como proposta de atuação para o próximo período a luta pela implementação das Convenções nº 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – relativa à Igualdade de Remuneração entre a mão de obra masculina e feminina em trabalho de valor igual – e nº 111 – sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão – e a Agenda no Trabalho Decente.

A coordenadora de Raça e Etnia da Fasubra e dirigente do SINTUFRJ, Iaci Azevedo, com outros coordenadores da Federação representou na Conferência os técnicos administrativos das Ifes. O militante do Coletivo Tribo na UFRJ e integrante do GT-Antirracismo do Sindicato, Francisco Carlos dos Santos, participou da Conapir representando a CUT do Rio de Janeiro. Ele foi eleito dirigente da CUT estadual no 13º Ccut.

### Debate de qualidade

O tema central da II Conapir: “Os Avanços e Desafios da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, foi dividido em seis eixos temáticos – educação, saúde, trabalho, habitação, democracia e racismo e justiça e segurança – para melhor discussão nos grupos de trabalho.

“As propostas aprovadas nos grupos de trabalho foram levadas à plenária final”, informou Francisco Carlos. Ele explicou como foi a dinâmica dos trabalhos nos grupos. “Foi um debate intenso e o resultado bastante satisfatório. Só para ter uma ideia, alguns GTs formularam quase ou mais de uma centena de proposições. Como o de habitação, com 96 propostas; saúde, 175; justiça e segurança, que também discutiu direito internacional, 258; e racismo e democracia, 76. O GT sobre



FRANCISCO CARLOS (na cadeira) dá uma pausa nos trabalhos, enquanto a diversidade étnica e cultural se manifesta



educação tratou, entre outros assuntos relacionados ao tema, da graduação e pós-graduação dos povos negros. Já o GT sobre trabalho se dividiu em sete subgrupos.”

### Alerta

A diversidade cultural também foi um dos pontos altos da II Conapir. Militantes de diversas partes do país pontuaram os debates com manifestações de música e dança, misturando ritmos e passos, energia e cor, do bumba meu boi ao hip hop. Também houve espaços para denúncias, informes e alertas.

“Jurema Werneck, da organização não governamental Criola, informou que da verba destinada pelo Ministério da Saúde para as ações do Brasil Quilombo – em apoio às áreas Quilombolas – para a saúde da população negra para tratamento de doenças como diabetes e anemia falciforme, e para a implantação de políticas para a saúde da mulher negra, até 27 de março só haviam sido aplicados 5% e 20%, respectivamente”, relatou Francisco Carlos.

“Isso ocorreu, segundo Jurema Werneck, por falta de atenção da Secretaria Especial de Planejamento e Promoção da Igualdade Racial. Isso mostra que a militância precisa se preocupar e atuar mais para garantir a utilização das verbas destinadas às ações em prol da população negra”, acrescentou o representante da CUT-Rio na Conapir.

Outra informação de Francisco Carlos foi sobre o Estatuto da Igualdade Racial. “O senador Paulo Paim (PT-RS) foi assistir ao encerramento da Conferência e informou que o Estatuto, que há anos encontra-se no Congresso Nacional continua parado. Mas que o Decreto nº 687, assinado pelo presidente Lula no dia 4 de junho e que trata do Plano de Promoção da Igualdade Racial, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento, o Pla-

## OPINIÃO

### Conapir aponta para avanços

Foi mais um passo na conquista dos negros, quilombolas, comunidades de terreiro, povos indígenas e ciganos.

Presenciamos toda a beleza de um povo com diferentes origens, culturas e credos, com suas vestimentas coloridas, num ambiente onde os mais sensíveis podiam sentir a forte energia de cada um que ali estava para além de mostrar seu canto, sua dança e rituais vieram clamar pelos seus direitos discutindo políticas que garantam ações que promovam a igualdade racial. Participamos de intensos debates dentro dos grupos de trabalho onde seis eixos temáticos foram abordados: Educação, Saúde, Terra e Habitação, Trabalho e Controle Social, Segurança e Justiça e Política Internacional.

O Brasil é um país de diversidades, culturas, etnias e cores diferentes, mas diferença não é desigualdade. O princípio da igualdade, ou da não discriminação perante a lei, não é suficiente, pois não basta que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis, pois é necessário que se crie condições que permita a todos se beneficiarem da igualdade de oportunidades.

O racismo impede o livre exercício da cidadania e o acesso democrático ao desenvolvimento para que o país se desenvolva com equidade social. Ações afirmativas se fazem necessárias para que o princípio constitucional da igualdade se concretize através de políticas voltadas a este fim para

napir, que faz parte do Estatuto da Igualdade Racial.”

Segundo Francisco Carlos, o Planapir veio para dizer que tem



IACI ao lado do painel de Zumbi, na Conferência

que se neutralize os efeitos da discriminação racial. A Constituição Federal de 1988 apresentou caminhos legais que permite a superação do racismo e das desigualdades, criminalizando a prática do racismo bem como prescrevendo em seu capítulo sobre os objetivos fundamentais da República, que é dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

No Brasil a maioria da classe menos favorecida é composta por negros e isso é um círculo vicioso que se autoalimenta, pois esta condição é causa e consequência ao mesmo tempo. Políticas afirmativas como, por exemplo, o sistema de cotas devem ser implementadas no sentido de permitir aos negros acesso à educação garantindo ascensão intelectual para que a disputa seja justa.

Na UFRJ ainda não temos o sistema de cotas implementado,

mas o debate se faz necessário, pois é um contrassenso sermos a maior universidade do País, na dianteira em pesquisas de ponta e não acompanharmos políticas que venham a tornar nossa sociedade mais justa e igualitária.

Reuniremos o GT-Antirracismo na segunda quinzena de agosto para discutir formas de fomentar o debate a cerca das cotas nas universidades que ainda não têm este sistema implementado, discutiremos também o Decreto nº 687/09 e o Estatuto da Igualdade Racial.

### Iaci Azevedo

Coordenadora de Raça e Etnia da Fasubra e coordenadora-geral do SINTUFRJ

Obs.: Também participaram da II Conapir os seguintes coordenadores da Fasubra: Rogério Mazola, Luis Macena, Walter Gomes e João Paulo Ribeiro.

cismo na nossa sociedade.”

O relatório aprovado pela plenária final da II Conapir será enviado ao Congresso Nacional.



## CASA PRÓPRIA

# Universidade fecha convênio com a CEF

**Os beneficiados são os servidores da instituição que quiserem comprar ou construir imóveis**

Na sexta-feira, dia 10, representantes da Caixa Econômica Federal (CEF) estiveram no Salão Azul da Reitoria explicando para um grande público as possibilidades de financiamento de imóveis ou mesmo de material de construção com condições especiais para os servidores da UFRJ.

Para usufruir das facilidades, como juros mais baixos que os praticados no mercado para este tipo de financiamento, uma das condições é o servidor passar a conta salário para a Caixa. O convênio com as condições oferecidas já está valendo.

### Início

Em novembro de 2008, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) anunciou o convênio feito com CEF para os servidores. A partir deste convênio-mãe, a Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) iniciou entendimentos com a Caixa para estender o pacote de benefícios aos servidores da UFRJ. A PR-4 então resolveu convidar os servidores para a palestra com as gerentes das agências do Aeroporto, Marcele Torrez, e da Tijuca, Mariaeli de Castro, que esclareceram sobre as modalidades de financiamento, tiraram dúvidas e fizeram simulações.

Segundo elas, a CEF leva em consideração a renda familiar bruta e até mesmo a renda informal (através de gastos e movimentação financeira). Mas apenas 25% da renda apresentada pela pessoa pode ser comprometida com o financiamento. Na página na internet da PR-4 (<http://www.pr4.ufrj.br/>) há um link para o simulador da Caixa, onde o interessado pode verificar as condições do financiamento pretendido.



Foto: Cicero Rabello

REUNIÃO DOS REPRESENTANTES DA CEF no Salão Azul da Reitoria com os trabalhadores da universidade

### Veja o exemplo

## As gerentes fizeram uma simulação como exemplo:

Financiamento de 100% do valor de um imóvel de R\$ 80 mil no Rio de Janeiro para o servidor que disponha de renda familiar bruta de R\$ 4 mil, com data de nascimento em 1960.

No simulador, o interessado deve marcar a opção "servidor federal acordo MPOG" zero de entrada. Neste caso, em 360 meses a prestação seria de R\$ 829.

Heloíza Veiga, gerente de relacionamento da agência Aeroporto, apresentou as linhas de crédito exclusivo para compra pelo servidor da UFRJ de material para construção e reforma de imóveis financiado em até 60 meses. É através do Construcard (<http://www.caixa.gov.br/habitacao/>), que pode ser utilizado em lojas credenciadas em muitos bairros.

Segundo o superintendente da PR-4, Roberto Gambine, em agosto deve haver um novo encontro com a equipe da Caixa para atendimento dos interessados no financiamento com imóveis à vista.

## Confira o que a CEF oferece à UFRJ Linhas de crédito habitacional

- Convênio MPOG
  - Linha de Financiamento Habitacional com condições diferenciadas para servidores de órgãos ligados ao MPOG para aquisição de imóvel residencial novo ou usado.
  - Financiamento de até 100% ou 90% com uma carência de seis meses para pagamento da 1ª prestação.
  - Taxas de juros especiais
  - Prazo de até 360 meses
  - Sistema de amortização constante
  - Comprometimento de renda familiar de até 25%
- Construcard Caixa
- Para construção, reforma ou ampliação do imóvel
  - Crédito especial para comprar materiais, armários embutidos, louças sanitárias, pisos e azulejos.
  - Até seis meses de carência para realizar as compras e até 58 meses para pagar.
  - Taxa de juros de 1,59% ao mês + T.R.
- Mais informações: 0800 726 0101.

## REIVINDICAÇÃO

# Trabalhador escolherá banco que receberá salário

Foi aprovado há duas semanas pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o parecer do senador Inácio Arruda que permitirá ao trabalhador escolher a instituição bancária em que deseja receber o salário.

O texto, que reúne dois projetos que tratavam do mesmo assunto, um deles do senador Aloísio Mercadante, estava previsto para se vota-

do na semana passada em turno suplementar da Casa.

Pela proposta, o empregado poderá mudar de agência e conta a qualquer tempo, mas deverá informar a mudança à empresa para qual trabalha com 30 dias de antecedência.

Para o secretário-geral da CUT, Quintino Severo, a novidade é in-

teressante, pois garantirá ao trabalhador o poder de barganha. Ele poderá escolher a instituição financeira que lhe convier. Quintino cita como exemplo negociações feitas recentemente pela Central.

"Nós da CUT fizemos um acordo com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal para que todo e qualquer trabalhador que

transferir sua conta para esses dois bancos terão tarifa zero e, no futuro, uma taxa de juros menor", informou. "Portanto, uma iniciativa de liberdade dos trabalhadores podem optar, sem sombra de dúvidas os trabalhadores terão a ganhar com isso", avaliou.

Quintino acredita que, com a mudança, o empregado poderá es-

capar dos constantes assédios dos bancos que vivem empurrando produtos indesejados ao trabalhador, o que acaba onerando as contas no fim do mês.

O projeto tramita no Senado em caráter terminativo, não sendo necessária votação em plenário para que a Câmara dos Deputados comece a apreciar o assunto.

# A crise econômica não tem solução

Analisa o sociólogo da USP, Francisco de Oliveira, em palestra na UFRJ

O sociólogo e diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade de São Paulo (USP), Francisco de Oliveira, foi um dos palestrantes do seminário internacional “Universidade, Crise e Alternativa”, organizado pela Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj), evento que marcou os 30 anos de fundação da entidade, comemorados no mês de junho.

Ele desmistificou o caráter da crise econômica mundial, para quem só os ingênuos e os operadores das bolsas de valores podem pensar que o capitalismo está imune a crises, pois é assim que o sistema se reproduz. Segundo o professor, foram a escala e a proporção da crise que surpreendeu, e é disso que a teoria e a prática têm que se ocupar.

A diferença essencial desta crise, de acordo com Francisco de Oliveira, é que é a primeira grande crise da globalização, de um mundo desregulamentado na sua periferia para servir à hegemonia do capital financeiro. Uma crise que está sendo gestada há longo tempo na periferia do sistema. Para ele, a mídia pôs holofotes na crise financeira, mas de fato ela é, sim, resultado da nova escala da extração de mais-valia global.

A causa, na opinião de Fran-

cisco de Oliveira, foi que, com o avanço econômico da China e da Índia, foram lançadas mais de 600 milhões de pessoas no mercado de trabalho — “uma ampliação das fronteiras de mais-valia sem paralelo na história do capitalismo.” Portanto, é fruto do ajuste do sistema financeiro à correlação de forças do sistema produtivo. “É uma crise do sistema produtivo”, afirma.

Como ocorreu? O professor explica: “A China é a principal compradora de títulos do Tesouro americano e elevou a liquidez do mercado financeiro norte-americano, o que provou o endividamento e a crise das hipotecas.” E acrescenta: “A China não pode consumir tudo o que produz com salários aviltantes de US\$ 30 dólares por mês; o país produz para exportar. Esse descompasso entre oferta e demanda tinha que dar na crise que deu, que foi a exportação da crise para os outros países do mundo.”

Uma crise que, segundo o professor, teoricamente é compreensível e não tem solução à vista, “pois sabe-se que é da globalização e que foi gestada pela emergência de uma nova periferia que agora toma parte do centro dominante do sistema capitalista”.

## Crise e Universidade

“O que tem a crise a ver com universidade? Muita coisa”, afirmou Oliveira, que avalia que a

crise, em primeiro lugar, evidencia a pobreza da teoria: “As universidades não produziram conhecimento capaz de reconhecer o próprio sistema na qual estão inseridas. Ou entender sintomas e avisos. Portanto, faltam instituições de fato eficazes para entender e agir, e a universidade é a força de trabalho que o sistema agora precisa”.

Ele chama atenção para o fato de que no Brasil há universidades federais em todos os estados num sistema amplo, laico e público, mas falta a elas democratização. É um modelo de universidade liberal, porque o modo de ingresso é meritocrático, que não faz discriminação de cor, mas de classe, num país onde preto e mulato é sinônimo de pobre.

A tarefa da universidade, diz Oliveira, é pavimentar o caminho para que o conhecimento seja uma arma de democracia e não de exclusão.

Perguntado sobre a importância da convergência da universidade e dos movimentos sociais, Francisco de Oliveira disse que é através de experiências como o curso da UFRJ para o MST e pela pressão do próprio exercício da produção de conhecimento, é que se pode rachar o sistema oligárquico dentro das universidades brasileiras. “Trata-se de dominar as armas do inimigo, nos apropriar-

mos do que há de mais avançado para transformação em luta de libertação. Os oprimidos sabem do que se trata quando se trata do estado de exceção”, explica o sociólogo, concluindo: “A universidade tem uma importância enorme para desmascarar a estrutura do estado de exceção e dotar a sociedade de capacidade de decidir em que direção quer imprimir a sua transformação. A universidade pode ajudar a usar o conhecimento como chave libertadora.”

## Apresentação

O vice-presidente da Adufrj, Roberto Leher, afirmou, ao abrir o ciclo de debates que a entidade realizou no auditório do Centro Cultural Horácio Macedo (CCMN), que “estamos realizando esse seminário em tempos difíceis. Momentos em que a gente precisa mais do que nunca parar para pensar, dialogar e se apropriar das teorias”. Francisco de Oliveira foi saudado pelo dirigente sindical como “um grande intelectual e um dos mais importantes sociólogos brasileiros, doutor *honoris causa* pela USP e pela UFRJ, diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania na USP, fundador do PT e do PSOL, e que sempre teve clareza de qual era o seu lado nas contradições que dilaceram nosso país”.



Foto: Daniel Tiriba (Adufrj)

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Francisco de Oliveira é autor do clássico *Crítica à razão dualista* — em que propôs uma nova forma de pensar a economia, oposta à intelectualidade da época em que foi escrito (início da década de 1970, que ao mesmo tempo em que denunciava a miséria em que vivia a maior parte da população latino-americana, mantinha o esquema teórico ligado à economia de mercado. Ele é também o autor do ensaio “O ornitorrinco”, uma metáfora para um ser malformado, termo como classifica a espécie de capitalismo que se gestou no país.

## Um sindicato forte se constrói com ação coletiva

A construção do sindicato que almejamos é um processo contínuo de todos que acreditam que podem ser agentes de transformação social a partir da sua ação de luta para a organização da classe trabalhadora. Essa construção nos remete ao trabalho de vários companheiros que já passaram pelas diferentes direções do SINTUFRJ e pelas ações rotineiras de membros da categoria que participam dos fóruns de decisão e que mobilizam a categoria para a luta. Portanto, o mérito da força do SINTUFRJ está no trabalho realizado por ações coletivas, logo a missão da direção atual é fomentar para que a chama da ação coletiva não seja apagada.

A missão de um dirigente sindical é árdua e muitas vezes não é compreendida pelos seus

superiores hierárquicos e sofrem em seus locais de trabalho para conseguir cumprir o mandato efetivamente na luta pelos direitos da categoria. Direitos que precisam ser mantidos e outros tantos que devem ser conquistados: essas são as cobranças legítimas da categoria. Mas é uma luta que é motivo de orgulho para os diretores que vêem em suas ações uma parte importante no processo de transformação social.

Neste sentido não podemos deixar de agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, dedicaram sua vida à luta em defesa da categoria através do exercício de um mandato sindical. Pois os que conhecem e acompanham sabem que não é uma missão fácil ausentar-se da família e muitas vezes do local de trabalho, assumindo responsabilidades de uma empreita-

da que pode custar sua saúde e até mesmo a própria vida. A estes toda a honra do movimento sindical. Reconhecemos que as ações dos dirigentes sindicais não seriam possíveis se não tivesse participação da categoria que dá sustentação política ao processo de lutas.

Desta forma podemos afirmar que o movimento sindical pode se comparar a um campo de batalha em que soldados dedicam suas vidas em defesa dos interesses da categoria e que esses soldados por serem feitos de carne e osso, como qualquer outro mortal, necessitam de suas famílias para revigorar suas forças, que por sua vez necessitam da presença e atenção destes guerreiros.

Assim, comunicamos a toda categoria, particularmente aos que dedicaram o voto de confiança na Chapa da Tribo, que realizamos a

substituição de Evandro Cardoso Fernandes, diretor de Administração e Finanças do SINTUFRJ e técnico-administrativo em Educação do CCMN. Tal substituição foi uma decisão colegiada do Coletivo Tribo por entender que o companheiro deve ser liberado da responsabilidade do mandato sindical para poder dar a devida atenção e cuidados de que sua família necessita no momento.

Por fim queremos registrar que desde que assumiu a direção do SINTUFRJ na gestão 2006/2008 e mais um ano da gestão 2008/2010 que Evandro realizou trabalhos que deixam legados de contribuição importantes para uma boa gestão política e administrativa profissional do nosso sindicato. Sua dedicação foi capaz de realizar trabalhos que outros tentaram e não conseguiram, e assim considera-

mos que tivemos uma perda na gestão do sindicato, mas com a certeza de que o companheiro que assumiu a pasta, Roberto de Moraes Gomes, funcionário do HUCFF, dará seqüência ao trabalho e aos projetos coletivos que estão em fase de planejamento para execução.

No mais aproveitamos para fazer em nome de todo Coletivo Tribo um agradecimento especial ao companheiro Evandro pela dedicação e trabalho realizado em defesa dos interesses da categoria.

**Companheiro Evandro Cardoso Fernandes estamos juntos e a luta continua!**

*Francisco de Assis dos Santos e Iaci Amorim de Azevedo coordenadores-gerais do SINTUFRJ*